

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores clientes e acionistas. A Administração da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora") submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as quais foram elaboradas em conformidade com as normas legais e estatutárias vigentes. As práticas contábeis adotadas para o registro das operações e para a elaboração destas Demonstrações Financeiras estão alinhadas à Lei das Sociedades por Ações, associadas às normas do Banco Central do Brasil ("Bacen"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("Cosif"). No exercício findo de 31 de dezembro de 2025, a Corretora registrou Lucro Líquido de R\$ 106.978 mil, correspondente a R\$ 8,39 por ação e rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido médio de 17,60%.

A Corretora, integrante do Conglomerado Prudencial Bank of America ("Conglomerado"), apura os limites operacionais e de índice de Basileia com base nos dados consolidados do Conglomerado. Em 31 de dezembro de 2025, o índice de Basileia, apurado de acordo com a regulamentação vigente, era de 22,59%. O Conglomerado possui áreas de risco específicas, independentes das áreas de negócios, para administração dos diversos riscos existentes. Conforme determinado pelas regras vigentes do Banco Central, as estruturas que regem as atividades de gerenciamento de riscos e de capital do Conglomerado estão publicadas em diretório de acesso público, disponível no endereço: <https://www.bofabrasil.com.br/>. O Bank of America é uma empresa composta por profissionais talentosos, que representam uma ampla diversidade de experiências, competências, origens

e perspectivas, em múltiplas dimensões. Atuamos de forma intencional para criar um ambiente inclusivo, no qual todas as pessoas tenham oportunidades reais de alcançar seus objetivos de carreira. Esse compromisso é central para nossos valores, para nossos esforços em tornar o Bank of America um excelente lugar para trabalhar e para a entrega do crescimento responsável ("Responsible Growth") a nossos clientes, consumidores e comunidades ao redor do mundo. Somos comprometidos com a igualdade de remuneração para trabalho de igual valor e mantemos políticas e práticas robustas que reforçam esse compromisso.

São Paulo, 26 de março de 2026

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(em milhares de Reais)

Ativo	Notas	31/12/2025
Disponibilidades	(Nota 4)	501
Ativos financeiros		1.431.660
Aplicações em depósitos interfinanceiros	(Nota 4)	682.546
Títulos e valores mobiliários	(Nota 5)	30.109
Outros ativos financeiros	(Nota 6)	719.005
Ativos fiscais correntes	(Nota 9)	18.156
Ativos fiscais diferidos	(Nota 9)	43.126
Outros ativos	(Nota 7)	32.830
Total ativo		1.526.273
Passivo		
Passivos financeiros		715.599
Outros passivos financeiros	(Nota 6)	715.599
Provisões para contingências	(Nota 8)	23.984
Obrigações fiscais correntes	(Nota 9)	75.822
Obrigações fiscais diferidas	(Nota 9)	10.470
Outros passivos	(Nota 10)	79.311
Total passivo		905.186
Capital social		572.708
Reservas de lucros		48.380
Outros resultados abrangentes		(1)
Total patrimônio líquido	(Nota 11)	621.087
Total passivo e patrimônio líquido		1.526.273

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(em milhares de Reais)

	Notas	2º Semestre	31/12/2025
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez		47.104	84.438
Resultado com títulos e valores mobiliários		2.252	3.779
Resultado da intermediação financeira		49.356	88.217
Receitas de tarifas e comissões	(Nota 12)	157.346	315.322
Receitas operacionais		206.702	403.539
Despesas de pessoal	(Nota 13)	(70.123)	(123.313)
Despesas de tarifas e comissões		(3.241)	(5.846)
Outras despesas administrativas	(Nota 14)	(48.509)	(92.825)
Outras receitas (despesas) operacionais	(Nota 15)	(34.566)	(47.436)
Lucro líquido antes da tributação		50.263	134.119
Imposto de renda e contribuição social	(Nota 9)	6.430	(27.141)
Impostos Correntes		(8.095)	(28.230)
Impostos Diferidos		14.525	1.089
Lucro líquido		56.693	106.978
Lucro por ação em reais			
Lucro básico e diluído por ação		4,44	8,39
Quantidade de ações		12.756.775	12.756.775

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(em milhares de Reais)

	Notas	2º Semestre	31/12/2025
Lucro líquido		56.693	106.978
Benefícios a empregados		(1)	(1)
Variação de ajuste atuarial	(Nota 10)	(2)	(2)
Efeito tributário		1	1
Total de outros resultados abrangentes		(1)	(1)
Total do resultado abrangente		56.692	106.977

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(em milhares de Reais)

	Notas	2º Semestre	31/12/2025
Fluxo de caixa provenientes (utilizados) das(nas) atividades operacionais		100.954	117.792
Lucro líquido ajustado		42.168	105.890
Lucro líquido		56.693	106.978
Ajustes ao lucro líquido		(14.525)	(1.089)
Ativos fiscais diferidos	(Nota 9)	(15.659)	(3.161)
Obrigações fiscais diferidas	(Nota 9)	1.134	2.072
Atualização de depósitos judiciais	(Nota 7)	(734)	(1.365)
Provisão de contingências	(Nota 8)	734	1.365
Variação de ativos e passivos		58.787	11.902
(Aumento) Títulos e valores mobiliários		(2.100)	(3.815)
Redução outros ativos financeiros		1.105.982	53.346
(Aumento) outros ativos		(18.080)	(11.189)
Impostos de renda e contribuição social pagos		(11.594)	(48.952)
(Redução) outros passivos financeiros		(1.099.082)	(44.675)
Aumento outros passivos		83.660	67.187
Fluxo de caixa provenientes (utilizados) das(nas) atividades de financiamento		(45.500)	(45.500)
Juros sobre capital próprio		(45.500)	(45.500)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes a caixa		55.454	72.292
No início do período		627.593	610.755
No fim do período	(Nota 4)	683.047	683.047
Aumento (redução) de caixa e equivalentes a caixa		55.454	72.292

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

g) Benefícios a empregados

Trata-se de benefícios concedidos a empregados por meio de planos ou acordos formais, bem como por meio de disposições legais, ou setoriais, os quais exigem com que a Corretora contribua por forma de benefícios aos seus empregados. Entre os benefícios estão:

Benefícios de curto prazo: salários, férias remuneradas, seguridade social, previdência privada, participações nos resultados e bônus e benefícios não monetários como planos de saúde e seguro de vida para os empregados atuais. Os custos dos serviços correntes e dos benefícios de curto prazo são reconhecidos no resultado do período.

Benefícios pós-emprego: aposentadoria e outros benefícios como assistência saúde pós-emprego.

A Corretora avalia como plano de benefício definido, seus benefícios pós-emprego, e seu valor é obtido por meio de cálculos atuariais que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo líquido está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações.

O custo do serviço corrente e os juros sobre o benefício definido são reconhecidos no resultado do período e as mensurações do benefício definido, principalmente decorrentes de estimativas atuariais e taxas de desconto, são reconhecidas em outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários.

O valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações futuras é calculado anualmente em dezembro por atuários independentes, os quais determinam a taxa de desconto apropriada para a mensuração destas obrigações. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Corretora considera as taxas de juros de títulos do Tesouro Nacional, sendo estes denominados em Reais, a moeda em que os benefícios serão pagos, e que tem prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações. As principais premissas para as obrigações baseiam-se, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na Nota 10.

h) Transações envolvendo pagamento baseado em ações

Funcionários elegíveis (inclusive executivos seniores) do Grupo recebem remuneração em forma de pagamento baseado em ações, em que os funcionários prestam serviços e são remunerados com base em valores referenciados às ações do Bank of America Corporation, negociadas na New York Stock Exchange ("NYSE") sob o código BAC, os quais somente podem ser liquidados com caixa ("transações liquidadas com caixa").

O custo de transações liquidadas com caixa é mensurado inicialmente ao valor justo na data da outorga utilizando o valor de mercado das ações divulgados pela NYSE e convertidos para Reais. Esse valor justo é debitado na demonstração do resultado ao longo do período até a liquidação, com o reconhecimento do passivo correspondente.

O passivo é mensurado ao valor justo a cada data do balanço até - e incluindo - a data de liquidação, com a variação no valor justo reconhecida como despesa de pessoal na demonstração do resultado.

i) Provisões, ativos e passivos contingentes

Ao elaborar as demonstrações financeiras, a Administração efetuou a distinção entre:

Provisões: representam obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados cuja ocorrência seja considerada provável e de natureza certa, embora valor e/ou época incertos.

Passivos contingentes: possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle da Corretora. Incluem as obrigações presentes da Corretora, caso não seja provável que uma saída de recursos será necessária para a sua liquidação.

Ativos contingentes: ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não ocorrência, de eventos futuros que não estejam totalmente sob controle da Corretora. Ativos contingentes não são reconhecidos no balanço patrimonial, mas sim divulgados nas Notas explicativas, exceto quando seja provável que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

As Provisões são utilizadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Tais provisões são constituídas com base nas melhores informações disponíveis sobre os eventos que lhes deram origem, sendo revisadas e ajustadas (quando necessário) ao final do período. Os eventos futuros que podem afetar o valor exigido para liquidar uma obrigação são refletidos no valor das provisões nas hipóteses em que exista evidência objetiva de sua ocorrência. Provisões são totais ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas. O passivo é mensurado ao valor justo a cada data do balanço até - e incluindo - a data de liquidação, com a variação no valor justo reconhecida na demonstração do resultado.

j) Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios mais significativos utilizados pela Corretora para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

Resultado da intermediação financeira: As receitas de despesas de juros e similares, as comissões pagas ou recebidas que sejam componentes do retorno esperado da operação e todos os custos inerentes à origem do ativo ou captação do passivo são reconhecidas no resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva.

Receita e despesas de tarifas e comissões: As receitas ou despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço são reconhecidas de forma linear pelo período em que perdurar a prestação destes serviços.

Receita e despesas não financeiras: São reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos ou custos fluirão para a entidade, respeitando o prazo e características da relação contratual que lhes deram origem.

k) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais (em base "pro rata" dia) auferidos e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias e cambiais (em base "pro rata" dia) incorridos.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(em milhares de Reais)

	Capital social			Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes		Total
	Capital	Legal	Estatutária	Lucros acumulados	Valor justo de ativos financeiros	Benefícios a empregados		
Saldos em 31 de dezembro de 2024	354.159	37.187	163.023	-	5.240	-	-	559.609
Mudança na adoção inicial da Resolução BCB nº 352/21	-	-	-	5.240	(5.240)	-	-	-
Saldos em 01 de janeiro de 2025	354.159	37.187	163.023	5.240	-	-	-	559.609
Lucro líquido do exercício	-	-	-	106.978	-	-	-	106.978
Aumento de capital	218.549	-	(163.023)	-	-	-	-	55.526
Reserva legal	-	5.611	-	(5.611)	-	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	5.582	(5.582)	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	(55.526)	-	-	-	(55.526)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(45.500)	-	-	-	(45.500)
Ajuste de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados	-	-	-	-	-	(1)	(1)	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	572.708	42.798	5.582	-	-	(1)	(1)	621.087
Saldos em 30 de junho de 2025	354.159	37.187	163.023	55.526	-	-	-	609.895
Lucro líquido do período	-	-	-	56.693	-	-	-	56.693
Aumento de capital	218.549	-	(163.023)	-	-	-	-	55.526
Reserva legal	-	5.611	-	(5.611)	-	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	5.582	(5.582)	-	-	-	-
Dividendos	-	-	-	(55.526)	-	-	-	(55.526)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(45.500)	-	-	-	(45.500)
Ajuste de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados	-	-	-	-	-	(1)	(1)	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	572.708	42.798	5.582	-	-	(1)	(1)	621.087

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(em milhares de Reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Corretora") foi constituída em 25 de maio de 1998, sob a forma de sociedade por ações, tendo por objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às corretoras de títulos e valores mobiliários.

A Corretora é constituída sob a forma de sociedade por ações e domiciliada no Brasil, sendo controlada diretamente pela BofAML EMEA Holdings 2 Limited, sociedade constituída em Jersey e indiretamente pelo Bank of America Corporation (controladora final do Grupo), com sede nos Estados Unidos da América. A Corretora está localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, na cidade de São Paulo. As demonstrações financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas para divulgação pela Diretoria em 26 de março de 2026.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Corretora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("Bacen") e em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("Cosif") e com as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. Essas estimativas e premissas foram consideradas, principalmente, na mensuração de provisões para contingências, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na determinação do prazo de realização dos créditos tributários. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado (valor justo) ou de realização. Novas normas, alterações e interpretações aplicáveis em períodos futuros.

Adoção inicial da Resolução BCB nº 352/23

a) A Resolução BCB nº 352/23 dispõe sobre os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros e reformula os conceitos e critérios para a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito pelas instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Bacen, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025.

A adoção da Resolução BCB nº 352/23 é aplicada de forma prospectiva e ajustes de saldos contábeis decorrentes da aplicação da norma foram reconhecidos, em 1º de janeiro de 2025. Os valores comparativos relativos aos períodos anteriores não foram apresentados nestas demonstrações financeiras considerando a dispensa de apresentação prevista na Resolução BCB nº 352/23.

A seguir resumo das mudanças realizadas no patrimônio líquido a partir de 1º de janeiro de 2025, líquido dos efeitos tributários:

	Capital social	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Total
Patrimônio Líquido 31.12.2024	354.159	200.210	5.240	559.609
Classificação e mensuração contábil de ativos financeiros	-	5.240	(5.240)	-
Total de ajustes 01.01.2025	-	5.240	(5.240)	-
Patrimônio Líquido 01.01.2025	354.159	205.450	-	559.609

2.2. Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, a moeda do ambiente econômico primário na qual a entidade opera e a moeda funcional da Corretora.

2.3. Circulante e não circulante

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os ativos fiscais diferidos e as obrigações fiscais diferidas estão classificados em não circulante independentemente do prazo de realização.

As classificações estão presentes nas notas explicativas.

2.4. Principais políticas contábeis

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança no valor justo, que são utilizados pela Corretora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b) Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, o Ativo Financeiro é classificado em 3 categorias: custo amortizado ("CA"), valor justo em outros resultados abrangentes ("VJORA") ou valor justo no resultado ("VJR").

O ativo financeiro é mensurado a custo amortizado quando este atende cumulativamente às seguintes condições:

- O ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais; e
- Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal ("SPPJ"), em datas especificadas.

O ativo financeiro é mensurado ao valor justo em outros resultados abrangentes ("VJORA") quando este atende cumulativamente às seguintes condições:

- O ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro; e
- Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(em milhares de Reais)

l) Lucro por ação

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido da Corretora pela média ponderada do número de ações ordinárias e preferenciais em cada exercício, quando aplicável. A média ponderada do número de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

m) Resultado recorrente e não recorrente

Considera-se resultado não recorrente, o resultado que: i) não esteja relacionado ou esteja relacionado incidentalmente com as atividades típicas da instituição; e ii) não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

No decorrer do semestre e do exercício findos em 31 de dezembro de 2025, a Corretora não registrou receitas e despesas não recorrentes.

3. ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras incluem estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam maior impacto nos ativos e passivos, conforme descritas a seguir.

3.1. Valorização dos instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma operação corrente entre partes cientes e dispostas a negociar, conduzida em bases estritamente comerciais. Caso um preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é calculado com base nesse preço.

Caso não haja um preço de mercado disponível para um instrumento financeiro, seu valor justo será estimado com base no preço estabelecido em operações recentes envolvendo o mesmo instrumento ou instrumentos similares e, na ausência destes, com base em técnicas de avaliação normalmente usadas pelo mercado financeiro, considerando, quando aplicável, dados observáveis no mercado.

3.2. Impostos diferidos

Conforme apresentado na Nota 9, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação às diferenças temporárias na medida em que se considera provável que a Corretora terá lucro tributável futuro de forma que tais ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário da Corretora, é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuras, que podem afetar as demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

O saldo de caixa e equivalentes a caixa está composto da seguinte maneira:

	31/12/2025
Depósitos bancários	501
Disponibilidades	501
Aplicações em depósitos interfinanceiros	682.546
Total	683.047
Circulante	683.047
Não Circulante	-

A Nota 19 contém detalhes do perfil de vencimento dos ativos e passivos financeiros da Corretora.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários estão compostos da seguinte maneira:

	31/12/2025	Valor de mercado
Cotas de fundos de Investimento	Custo	mercado
Fundo de Investimento Liquidez da Câmara BFM&BOVESPA - FILCB	17.561	30.109
Total de títulos ao valor justo no resultado	17.561	30.109

A Nota 19 contém detalhes do perfil de vencimento dos ativos e passivos financeiros da Corretora.

6. OUTROS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O saldo de outros ativos e passivos financeiros está composto da seguinte maneira:

	31/12/2025
Outros ativos financeiros	
Negociações e intermediação de valores	715.850
Rendas a receber por prestação de serviços	3.153
Bolsas - Depósitos em garantia	2
Total do ativo	719.005
Outros passivos financeiros	
Negociações e intermediação de valores	(715.599)
Total do passivo	(715.599)

A Nota 19 contém detalhes do perfil de vencimento dos ativos e passivos financeiros da Corretora.

7. OUTROS ATIVOS

A composição dos outros ativos está detalhada a seguir:

	31/12/2025
Depósitos judiciais (a)	29.265
Outros valores	3.485
Adiantamentos e antecipações salariais	80
Total outros ativos	32.830
Circulante	3.565
Não Circulante	29.265

(a) O depósito judicial refere-se ao processo de inconstitucionalidade do alargamento da base de PIS/Cofins. A Nota 9 contém mais detalhes do referido processo.

8. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

As provisões registradas nos períodos referem-se a passivos fiscais contingentes cuja movimentação encontra-se detalhada a seguir:

	31/12/2025
Saldo Inicial	22.619
Variações	1.365
Saldo final	23.984

Provisão de contingências fiscais: A Corretora é parte em litígios judiciais e administrativos de natureza fiscal. De acordo com o CPC 25, são classificados como passivos contingentes os processos judiciais ou administrativos decorrentes de autos de infração ou notificações judiciais onde contestam-se as exigências formuladas pelas autoridades fiscais.

Com o advento da Instrução Normativa BCB nº 319 de 04 de novembro de 2022 e, considerando o desfecho desfavorável, por meio de repercussão geral, do Tema 372 pelo STF, a discussão judicial relativa à inconstitucionalidade do alargamento da base de PIS/Cofins, nos termos do § 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, foi reclassificada pelos consultores jurídicos como provável de perda e o montante envolvido encontra-se integralmente provisionado.

Passivos contingentes: A Corretora também é parte em litígios tributários cujos riscos de perda são classificados pela Administração, com base no prognóstico de seus consultores jurídicos, como possíveis. Estimam-se os potenciais passivos contingentes associados a tais litígios o valor de R\$ 59.542 que envolvem as seguintes discussões: (i) Em novembro de 2025, a Corretora aderiu ao Programa de Transação Tributária instituído pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), conforme Edital nº 54/2025. Essa adesão extinguiu o débito de PIS e Cofins sobre ganhos decorrentes da desmutualização da B3 foi integralmente liquidado, resultando no valor de R\$ 0; e (ii) PIS e Cofins sobre corretagem de investidor estrangeiro no valor de R\$ 50.944; e (iii) Multa isolada de estimativas de IRPJ e CSLL no valor de R\$ 8.598.

Destaca-se que dado o prognóstico de perda possível, não há provisão constituída para fazer face às perdas potencialmente derivadas de tais litígios.

9. ATIVOS E OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDOS

9.1. Imposto de renda e contribuição social corrente

	31/12/2025
Ativos fiscais correntes	
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	18.156
Total	18.156
Obrigações fiscais correntes	
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(28.230)
Impostos e contribuições a recolher	(47.592)
Total	(75.822)

9.2. Imposto de renda e contribuição social diferido

	31/12/2025
Diferenças temporárias	
Contingências	9.548
Provisão para participação nos lucros ("PLR") e benefício a empregados	33.578
Total de créditos tributário	43.126
Obrigações fiscais diferidas	(10.470)

9.3. Resultado de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2025	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes IRPJ e CSLL	134.119	134.119	
Juros sobre capital próprio	(45.500)	(45.500)	
Ajustes temporários (a)	2.722	2.722	
Incentivos fiscais	1.242	1.242	
Ajustes permanentes	(19.861)	(18.088)	
Lucro real	72.722	74.495	
Aliquotas	25%	15%	
IRPJ e CSLL	(18.181)	(11.174)	
Incentivos fiscais	1.125	-	
Passivo fiscal diferido	(9.106)	(5.464)	
Ativo fiscal diferido	9.787	5.872	
Despesas de IRPJ e CSLL	(16.374)	(10.766)	

(a) Substancialmente compostos por contingências fiscais e outras obrigações sociais e estatutárias.

9.4. Movimentação do crédito tributário

	Crédito tributário diferido ativo			31/12/2025
	01/01/2025	Realização	Constituição	
Contingências fiscais	9.002	-	546	9.548
Provisão PLR e benefício a empregados	30.963	(30.963)	33.578	33.578
Total	39.965	(30.963)	34.124	43.126

9.5. Expectativa de realização do crédito tributário

Com base em estudo técnico preparado pela Administração, a expectativa de realização anual dos créditos tributários e o valor presente apurado com base na taxa do CDI de 31 de dezembro de 2025 são os seguintes:

Exercício	Expectativa de realização por período	Valor presente dos créditos tributários
2026	20.832	18.369
2027	13.796	10.893
2028	4.249	2.956
2029 e acima	4.249	2.602
Total	43.126	34.820

O estudo técnico sobre a realização dos créditos tributários foi elaborado pela Administração com base nos cenários atual e futuro da projeção de resultados. O imposto de renda e contribuição social diferidos serão realizados à medida em que as diferenças temporárias sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal.

9.6. Movimentação de obrigações fiscais diferidas

Os créditos tributários foram constituídos com base na atualização dos juros sobre depósitos judiciais, variação de marcação a mercado e provisão atuarial, e sua movimentação encontra-se detalhada a seguir:

	Obrigações fiscais diferidas			31/12/2025
	01/01/2025	Realização	Constituição	
Juros sobre depósitos judiciais	4.906	-	545	5.451
Marcação a mercado	3.493	-	1.526	5.019
Total	8.399	-	2.071	10.470

10. OUTROS PASSIVOS

A composição dos outros passivos está detalhada a seguir:

	31/12/2025
Outros passivos	
Programa de participação nos resultados baseados em ações (b)	31.866
Programa de participação nos resultados	30.735
Valores a pagar sociedades ligadas (a)	8.678
Provisão para pagamentos a efetuar	4.701
Provisões atuariais (c)	2
Outros	3.329
Total outros passivos	79.311
Circulante	79.311
Não Circulante	-

(a) O saldo é composto substancialmente dos reembolsos de despesas operacionais a pagar o Bank of America Merrill Lynch Banco Múltiplo S.A. ("Banco").

(b) O plano para os funcionários elegíveis ao programa de remuneração baseada em ações é concedido através do recebimento de valores baseados em ações. O valor pago aos funcionários é equivalente ao preço de mercado das ações na data de liquidação. Não há alternativas para pagamento em ações.

(c) Benefícios pós-emprego: Os valores reconhecidos em outros resultados abrangentes findo em 31 de dezembro de 2025 foram de R\$ 1.

Os funcionários elegíveis recebem direitos de valorização de ações, somente pagáveis em dinheiro. Esses direitos são liquidados anualmente, com base na quantidade de ações a serem pagas ao término de cada período de aquisição. O período de diferimento do benefício é de três a quatro anos a contar a partir do recebimento da gratificação. O valor justo das ações é calculado na data de pagamento, com base em valores divulgados pela NYSE.

Em 31 de dezembro de 2025, nenhum direito de valorização de ações tornou-se exercível. Não houve cancelamentos ou alterações nos planos no período em questão.

Os valores seguiram as seguintes premissas para sua mensuração uma vez que os benefícios pós-emprego da Corretora são avaliados como Benefícios Definidos:

I - Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial

i. Critério para apuração dos ativos - Os Planos de Assistência Médica não possuem ativos garantidores alocados para a cobertura dos benefícios por ele oferecidos, sendo os mesmos pagos diretamente pelo Banco conforme sua ocorrência.

ii. Taxa para desconto da obrigação atuarial: 11,48% a.a. (7,24% a.a. real e inflação).

iii. Taxa anual de inflação de longo prazo: 3,95% a.a. (3,89% a.a. em 2024).

iv. Crescimento dos custos médicos por envelhecimento: Por faixa etária, 0 a 24 anos = 1,25% a.a.; 25 a 54 anos = 2,25% a.a.; 55 a 79 anos = 4,50% a.a.; e a partir de 80 anos = 2,50% a.a.

v. Percentual de permanência no plano dos futuros aposentados e desligados: 100%.

vi. Tábua de mortalidade geral: AT-2000, suavizada em 10%, segregada por sexo.

A tábua de mortalidade geral adotada - AT-2000 suavizada em 10% reflete de forma adequada a sobrevida que vem sendo observada nos últimos anos em populações vinculadas a programas de benefícios nos moldes do que o Banco mantém junto aos seus empregados, sendo largamente adotada em avaliações atuariais desta natureza no Brasil.

viii. Rotatividade: Experiência interna.

A premissa de rotatividade é baseada na experiência efetiva dos funcionários da Corretora elegíveis aos benefícios pós-emprego, os quais resultaram em média 13% a.a.

ix. Idade na data de aposentadoria: 65 anos de idade para homens e 62 para mulheres.

x. Método atuarial: Crédito Unitário Projetado.

O objetivo deste método é diluir o custo do benefício de cada empregado ao longo do período no qual é previsto que este irá trabalhar para a empresa. A determinação do custo para cada ano de serviço é obtida indiretamente pela alocação dos benefícios esperados entre os anos de serviço.

As premissas biométricas/demográficas adotadas estão aderentes à massa de participantes do plano de benefícios, conforme estudos elaborados por consultoria atuarial externa e independente.

II - Exposição a riscos

As obrigações existentes, vinculadas aos benefícios pós emprego, aqui avaliadas como benefícios definidos, expõem a Corretora a uma série de riscos, sendo os principais expostos a seguir:

i. Risco de inflação: Conforme demonstrado nas premissas atuariais, os valores dos planos estão vinculados ao índice de inflação médica, e uma vez que a inflação suba, esta levará as obrigações a um patamar mais elevado, gerando um passivo atuarial mais relevante;

ii. Expectativa de vida: Os benefícios definidos disponibilizados pela Corretora possuem como variável a idade do beneficiário, por isso o aumento da expectativa de vida irá resultar em um aumento nos passivos.

III - Evolução do montante líquido reconhecido no Balanço Patrimonial

	31/12/2025
Saldo Inicial	-
Movimentação	2
Saldo final	2

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social está representado por 12.756.775 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, que asseguram dividendos e/ou juros sobre capital próprio anuais de 25% do lucro líquido podendo a Assembleia Geral deliberar por distribuição de dividendo inferior ao obrigatório ou a retenção de todo o lucro.

O estatuto social prevê a destinação dos lucros, em 31 de dezembro de cada ano, após as deduções legais, para o fundo de reserva legal em 5%, deixando tal destinação de ser obrigatória assim que essa reserva atinja 20% do capital social realizado. O saldo remanescente dos lucros então destinados, são alocados na conta de Reserva de Lucros - Estatutária, a fim de assegurar a adequação operacional e regulatória da Corretora, podendo ser utilizada para garantir futuros aumentos de capital ou, não havendo necessidade, para a realização de distribuição de dividendos.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 15 de dezembro de 2025, foi aprovada a declaração de juros sobre capital próprio aos acionistas no montante de R\$ 45.500 e a declaração de dividendos intermediários no valor de R\$ 55.526. Na mesma reunião, os acionistas deliberaram pela capitalização do valor integral dos dividendos declarados, bem como da totalidade da Reserva de Lucros - Estatutária, no montante de R\$ 163.023, totalizando R\$ 218.549 destinados ao aumento do capital social, operação realizada sem emissão de novas ações, nos termos do art. 169, §1º, da Lei nº 6.404/76. Em decorrência dessa capitalização, o capital social da Corretora passou a ser de R\$ 572.708.

12. RECEITA DE TARIFAS E COMISSÕES

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	31/12/2025
Receitas de corretagens	161.192
Prestação de outros serviços (a)	154.130
Total	315.322

(a) Referem-se, basicamente, a receitas de prestação de serviços com empresas relacionadas.

13. DESPESAS DE PESSOAL

	31/12/2025
Proventos (a)	(85.300)
Custos previdenciários	(28.545)
Benefícios	(9.166)
Outras despesas de pessoal	(302)
Total	(123.313)

(a) Referem-se, basicamente, remuneração direta e gratificações variáveis (bônus).

14. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/12/2025
Despesas de infraestrutura e serviços (a)	(78.920)
Viagens	(5.157)
Tecnologia e sistemas	(3.536)
Serviços técnicos prestados por terceiros	(2.018)
Representações	(1.508)
Doações	(1.100)
Publicidade e publicações	(218)
Eventos	(110)
Outras diversas	(258)
Total	(92.825)

(a) Rateio de despesas administrativas junto ao Banco.

15. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	31/12/2025
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	(19.043)
Impostos Sobre Serviços - ISS	(15.766)
Programas de Integração Social - PIS	(3.095)
Despesas com provisões para contingências	(1.365)
Outras despesas tributárias	(9.916)
Outras receitas operacionais	1.749
Total	(47.436)

16. INFORMAÇÕES ADICIONAIS SOBRE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1. Instrumentos financeiros segregados por níveis

De acordo com a Resolução CMN nº 4.748/19, que aprovou o CPC 46, a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

- Nível 1 - Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações, derivativos listados;
- Nível 2 - São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3 - São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

Os ativos financeiros classificados como negociação são mensurados ao valor justo, bem como os passivos financeiros mensurados ao valor justo, são determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos (Nível 1), incluem ações de empresas listadas e empréstimos de ações de empresas.

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda são mensurados como Nível 1 e estes incluem fundos de investimento.

16.2. Valor justo dos ativos e passivos mensurados ao custo amortizado

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(em milhares de Reais)

A Estrutura identifica, mensura, avalia, monitora, informa, controla e mitiga os seguintes tipos de risco:

Risco de Crédito: Definido como a possibilidade de perdas decorrentes da incapacidade ou do descumprimento por parte do tomador, ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, inclui também perdas associadas à desvalorização de contrato de crédito devido à deterioração da classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e ao custo de recuperação. A exposição de risco de crédito refere-se ao montante em risco ou à máxima perda potencial à qual o Conglomerado está exposto à medida que concede um novo crédito.

O Conglomerado segue as Políticas de Risco de Crédito locais e globais, que estabelecem elevados padrões para o gerenciamento e monitoramento do risco de crédito, seguindo um rigoroso e disciplinado processo de seleção de clientes.

Risco Operacional: Definido como aquele decorrente de perdas resultantes de processos ou sistemas internos inadequados ou falhados, pessoas ou eventos externos, incluindo risco legal. O Programa de Gerenciamento de Risco Operacional, em conformidade com os requisitos do Banco Central do Brasil, incorpora e documenta os processos para a identificação, mensuração, monitoramento, controle e reporte de informações de risco operacional e de conformidade aos comitês apropriados.

Risco de Conformidade (Compliance): Definido como aquele decorrente de sanções regulatórias ou legais capazes de acarretar perda financeira relevante ou danos à reputação do Conglomerado decorrentes do descumprimento dos requisitos de leis, regras, regulamentos aplicáveis, bem como, políticas e procedimentos internos aplicáveis e código de conduta de autorregulação (em conjunto, "leis, regras e regulamentos aplicáveis"). O Conglomerado está comprometido com elevados padrões de conformidade, sem apetite para riscos de violações de leis ou regulamentações. O Programa de Compliance busca antecipar, avaliar e responder efetivamente estes riscos, caso se materializem.

Risco de Mercado: Definido como aquele decorrente das flutuações das variáveis de mercado que possam afetar negativamente o valor dos ativos e passivos ou, de qualquer forma, os resultados. O risco de mercado é composto por risco de preço e risco de taxa de juros da carteira de negociação. O valor em risco ("VaR") é utilizado em conjunto com outros limites estabelecidos para o gerenciamento das exposições de risco do mercado do Conglomerado.

i) Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade permite mensurar o impacto no valor de uma posição ou carteira decorrente de mudanças isoladas em fatores de mercado, mantendo-se constantes os demais fatores de risco de mercado. A área de Risco de Mercado Local analisa e reporta diariamente às demais áreas de negócios as medidas de sensibilidade de riscos em relação a taxas de juros, curvas de juros, volatilidades, exposição cambial, ações e mercadorias.

Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária (IRRBB): Definido como risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária. O IRRBB é monitorado regularmente por meio das métricas e metodologias padronizadas pela Circular nº 3.876/18 do Banco Central do Brasil.

Risco de Liquidez: Definido como a incapacidade de atender às necessidades esperadas ou inesperadas de fluxo de caixa e garantias e, ao mesmo tempo, continuarmos a apoiar nossos negócios e clientes sob condições econômicas distintas.

Todas as operações e atividades afetam o perfil de risco de liquidez do Conglomerado. É fundamental compreender o perfil de risco de liquidez de forma agregada e em base granular para gerenciar o risco de liquidez por área de negócios e no Consolidado. A Tesouraria Corporativa, em conjunto com as linhas de negócio, monitora a posição de liquidez diariamente e, caso necessário, toma ações corretivas para manter as métricas de liquidez de acordo com o apetite por risco. Adicionalmente, o Conglomerado possui um plano de contingência de liquidez para situações na qual a métrica de estresse fique abaixo dos limites pré-determinados.

Risco Reputacional: Definido como aquele proveniente das percepções negativas das práticas de negócios adotadas pelo Conglomerado que possam impactar materialmente sua condição financeira.

O risco reputacional pode surgir de diversas atividades da empresa, especialmente da gestão de riscos estratégicos, operacionais, de conformidade, de liquidez, de mercado e de crédito. Publicidade negativa ou informações desfavoráveis, mesmo que imprecisas, podem prejudicar a reputação da empresa, afetando a confiança de clientes, contrapartes e demais parceiros. A falta de gestão proativa desses riscos pode levar à perda de clientes e ao enfraquecimento dos relacionamentos.

Gerenciamos o risco reputacional por meio de políticas e controles estabelecidos e incorporados em todos os nossos processos de negócios e de gestão de riscos. Monitoramos e identificamos proativamente potenciais eventos de risco reputacional e contamos com processos para mitigar esses riscos de forma tempestiva.

Risco Estratégico: Definido como aquele resultante de premissas incorretas sobre fatores internos ou externos; planos de negócios inadequados, como premissas agressivas, foco equivocado e/ou ambíguo; execução de estratégia de negócios ineficiente ou resposta intempestiva às mudanças nos ambientes competitivos, macroeconômicos ou regulatórios, como ações do concorrente, alteração das preferências dos clientes, obsolescência de produtos e desenvolvimento de novas tecnologias.

Riscos Interconectados: Além dos tipos de risco descritos, os riscos podem se manifestar em diversos outros tipos de risco, causando interdependências. Esses riscos interconectados requerem esforços abrangentes e colaborativos para serem identificados, medidos, monitorados e controlados de forma eficaz. Riscos sociais, ambientais e climáticos, de concentração, de segurança da informação, risco de dados e risco de conduta são exemplos de riscos interconectados.

Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos: O Conglomerado possui uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSA) e estabelece as diretrizes para identificação, avaliação, monitoramento e mitigação de controle destes, em aderência às Resoluções CMN nº 4.943/21 e nº 4.945/21.

Gerenciamento de Capital: Consolida de forma estruturada as ações implementadas pelo Conglomerado para fins de gerenciamento de capital regulatório de acordo com as determinações da Resolução CMN nº 4.557/17. A estrutura de capital fornece uma previsão da suficiência do capital regulatório disponível, no cenário normal e estressado, tendo em vista os objetivos estratégicos, riscos inerentes à operação do Conglomerado, lucros futuros, política de distribuição de lucros e ações corporativas previstas pela gestão executiva.

ii) VaR (Value-at-Risk)

O Conglomerado aplica globalmente a metodologia de VaR para mensurar potenciais perdas da carteira. O VaR é uma metodologia padrão utilizada para estimar a perda máxima esperada de uma carteira dado um nível de significância e dentro de um horizonte de tempo determinado. A área de Risco de Mercado Local utiliza a medida de VaR como indicador do nível de risco de mercado, sendo que as alterações observadas nesta medida devem estar correlacionadas com mudanças relativas de risco.

O modelo consiste em uma simulação histórica realizada em um período de observações de 3 anos atualizado periodicamente. O nível de confiança do modelo é de 99% e o horizonte de 1 dia, considerando-se a média das últimas 19 perdas mais relevantes neste período de três anos.

A seguir, mostra-se o VaR do Conglomerado nas datas de final de período e os seus valores máximos, mínimos e médios ao longo do ano:

VaR (*) 99% (1 dia em milhares de Reais)	
VaR	31/12/2025
Fim do período	4.916
Mínimo (*)	3.216
Máximo (*)	16.581
Médio (*)	7.199

(*) Média das 19 perdas mais relevantes de uma janela de observação de 3 anos.

A metodologia de VaR por simulação histórica não exige que haja hipótese prévia sobre a distribuição dos retornos e não é necessário estimar volatilidades ou correlações entre os ativos do portfólio, considerada uma vantagem em relação a outras metodologias de cálculo de VaR. Entretanto, com relação aos retornos históricos, deve-se considerar que eventos passados não representam, necessariamente, eventos futuros, ou seja, a série temporal pode conter eventos que não ocorrerão mais ou ainda, omitir eventos que ocorrerão no futuro. Além disso, por ponderar todas as amostras com o mesmo peso, o VaR pode ser distorcido por informações antigas e caso um valor extremo saia da janela de observação, o VaR poderá sofrer grande variação.

As informações quantitativas e qualitativas, não auditadas, relacionadas ao gerenciamento de riscos referentes ao Pilar 3 de Basileia III encontram-se disponíveis no endereço eletrônico (<https://www.bofabrasil.com.br/>).

19. OUTRAS INFORMAÇÕES

i. Perfil de vencimento dos ativos e passivos financeiros

A tabela a seguir demonstra o perfil de vencimento dos ativos e passivos financeiros da Corretora:

Ativo	31/12/2025		
	Sem vencimento	Até 3 meses	Total
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	682.546	682.546
Negociações e intermediação de valores	-	715.852	715.852
Títulos e valores mobiliários	30.109	-	30.109
Outros ativos financeiros	-	3.153	3.153
Total	30.109	1.401.550	1.431.660
Passivo			
Negociações e intermediação de valores	-	(715.599)	(715.599)
Total	-	(715.599)	(715.599)
Posição líquida	30.109	685.952	716.061

ii. Ouvidoria/Canal de denúncias

Em atendimento às Resoluções nº 4.860/20 e nº 4.859/20 do Conselho Monetário Nacional e Resolução nº 43/21 da Comissão de Valores Mobiliários, o Conglomerado Bank of America disponibiliza o canal de ouvidoria e o de denúncia através dos telefones 0800 886 2000 e 0800 721 8036, respectivamente.

iii. Eventos subsequentes

A Administração avaliou eventos após a data-base e concluiu que não houve eventos subsequentes relevantes que exigissem ajuste ou divulgação.

A DIRETORIA

Ricardo Kenji Mukai
Contador - CRC 1SP233986/O-8

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em conformidade com suas atribuições, compete ao Comitê de Auditoria do Conglomerado Prudencial Bank of America zelar pela qualidade das Demonstrações Financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela independência e qualidade dos trabalhos da Auditoria Independente e da Auditoria Interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e para administração de riscos.

No decorrer do exercício foi realizada reunião de trabalho na qual estiveram presentes, além dos membros do Comitê de Auditoria, representantes da Auditoria Interna, da Auditoria Independente e de outras áreas. Destacamos os seguintes assuntos tratados:

- Revisão das Demonstrações Financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025;
- Avaliação da atuação e qualidade dos trabalhos das Auditorias Independente e Interna;

- Avaliação do cumprimento das recomendações dos Auditores Independentes e Internos; e
- Acompanhamento sobre a evolução da efetividade dos sistemas de Controles Internos.

O Comitê de Auditoria, em decorrência das avaliações realizadas, baseadas nas informações recebidas da Administração e das Auditorias Interna e Independente, recomenda a aprovação das demonstrações financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 da Merrill Lynch S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

São Paulo, 19 de março de 2026

O Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores

Merrill Lynch Corretora de Títulos e Valores Mobiliários

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Merrill Lynch Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas selecionadas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2.1 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2026



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Marcos Manoel Leite
Contador CRC 1SP 208338/O-0

